

A VIABILIDADE DOS PESQUE-PAGUES NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Fernando Firmino Messias – USP

fernandogeosp@yahoo.com.br

Julio César Suzuki - USP

jcsuzuki@usp.br

INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui se apresenta firma-se na tentativa da busca de incorporar no debate do meio agrário a viabilidade e reprodução de uma das atividades não-agrícolas muito presente em regiões próximas a centros urbanos: o pesque-pague. A região metropolitana de São Paulo, assumindo o papel de maior aglomerado urbano do país, é a área delimitada para tal discussão.

Pensar o campo hoje remete-nos a analisá-lo diante da complexificação de suas atividades. Essa complexificação se dá no bojo do crescimento de atividades não-agrícolas no campo, o que infere diretamente nos postos de trabalhos presentes no campo atual. Mesmo os empregos agrícolas ainda serem os predominantes, é possível dizer que eles enfrentam entraves em várias áreas rurais do país, podendo-se colocar uma junção de fatos que corroboram para tal situação. Dentre elas, pode-se destacar a derrocada da política econômica brasileira que procurava financiar a produção agrícola, associada com a abertura econômica do final dos anos 80, acarretando numa ampliação das dificuldades vivenciadas por muitos agricultores, nitidamente os pequenos agricultores. A modernização da agricultura também corrobora com a queda da oferta de empregos agrícolas.

Contraopondo-se ao recuo de empregos nas atividades agrícolas, as atividades não-agrícolas colocam os postos de trabalhos a elas relacionadas como possibilidades, cada vez mais, das pessoas sobreviverem no campo. Essa alternativa aparece para muitos como opção de renda devido a dificuldades diversas com as atividades anteriores e representa a persistência de não migrarem para a cidade.

Inserir-se nesse debate, mesmo assumindo um recorte regional, e também de uma atividade particular, como o pesque-pague, incita pensar em uma aproximação com a realidade desse novo rural. Portanto, ao fim desse trabalho, pretende-se contribuir para o entendimento da viabilidade de parte desse novo rural, apontando suas peculiaridades e potencialidades nas proximidades da maior metrópole do país.

Para tanto, foram realizados trabalhos de campo na região sul do município de São Paulo, nas proximidades de Parelheiros, distrito com características periurbanas¹, e os municípios de Itapecerica da Serra e Embu-Guaçu. Foi visitada grande parte dos pesque-pagues da região com o fim de se aproximar das suas respectivas realidades.

¹ O espaço periurbano, segundo Vale (2004), mescla paisagens rural e urbana e cria uma nova área (morfologia), onde predomina a plurifuncionalidade e a pluriatividade, proporcionando uma nova dinâmica.

Inúmeras dificuldades foram marcadas na pesquisa, sobretudo no que diz respeito a levantamentos sobre os pesque-pagues na região. Órgãos e institutos estatais não possuíam dados, tampouco indicavam possibilidades para encontrá-los. Por isso, o levantamento por nós realizado, que visava demonstrar a distribuição espacial dos pesque-pagues na metrópole constituiu-se por procuras em sites especializados, bem como revistas e jornais que contribuíssem para divulgação dos estabelecimentos.

O PESQUE-PAGUE COMO ATIVIDADE DE LAZER

Os pesque-pagues, recentes no campo brasileiro, visto que seu surgimento se deu nos meados dos anos 90 do século XX, são frutos da busca da tranqüilidade do campo, bem como do distanciamento estressante da cidade. O atrativo do rural e a aversão pelo urbano tornam-se premissas iniciais para se entender que surge uma nova relação campo-cidade, na qual se insere a emergência de atividades como os pesque-pagues.

Crucial para entender esta atividade, o lazer será compreendido como inserido no sistema capitalista atual, o qual pretende fazer de todo e qualquer espaço um espaço produtivo, assim como criar valores estratégicos, cujas possibilidades de se realizarem como mercadoria sejam latentes. O ensejo de descanso e do uso do tempo livre² é muitas vezes cooptado pelo movimento que procura fazer das especificidades do lugar, dos valores e dos costumes uma mercadoria. Assim, conforme Mantero (2000), nos deparamos com a escassez de lazer espontâneo, o qual se torna um lazer programado.

Na sociedade dita pós-industrial, o que é raro atrai procura e, conseqüentemente, consumidores em potencial. Assim, numa cidade, como São Paulo, o silêncio, o espaço, a tranqüilidade, a segurança tem status de raridade como bens imateriais, tornando premissas para estratégias de acumulação de capital (De Masi, 2000).

É partindo dessa questão, da separação do lazer, no sentido espacial e temporal, com os outros momentos de realização da vida, que o trabalho pretende iniciar a discussão. O rural aparece com atrativos que se opõem aos da cidade e, por isso mesmo, aparece como possibilidade de um espaço passível de consumo por quem anseia desfrutar-se do distanciamento daquilo que lembra a cidade.

A promoção de valores associados ao rural e suas especificidades fizeram do pesque-pague uma atividade viável, propiciada pela venda da paisagem e, conseqüentemente, o consumo do espaço rural como mercadoria. Concomitante a esse processo, o pesque-pague passa a ter um papel central na manutenção de pessoas no campo ligadas a atividade que não são ligadas à terra, reproduzindo empreendedores. Assim, o campo é inserido com possibilidades múltiplas a inúmeros sujeitos, não só aqueles que já lhe são tão comuns – agricultores e camponeses – mas também moradores da cidade e ex-moradores do campo que hoje retornam a seus lugares de origem, seja para lazer ou para nele encontrar meios de sobrevivência. Nessas novas situações que permeiam o campo, surgem atividades não agrícolas como o pesque-pague.

² O tempo livre, segundo Mantero, possui três potencialidades nos dias atuais: como descanso forçado, lazer programado e criação regulada.

AS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS NO CAMPO: A BUSCA DE UM ENTENDIMENTO.

Para a compreensão das atividades não-agrícolas no campo serão utilizadas importantes contribuições dos autores que se propõem, cada um na sua perspectiva teórica, a entendê-las.

Mesmo sendo debatido com grande ênfase a partir dos anos 90 do século XX, a potencialidade de o rural acolher atividades que não são necessariamente agrícolas não é um assunto somente dos dias atuais. George (1982) já afirmava que mesmo as atividades agrícolas sendo as marcas mais expressivas do meio rural, havia outras que já eram muito presentes em países de economia desenvolvida.

De acordo com George (1982), as atividades que não são essencialmente agrícolas emergem da descontinuidade do trabalho agrícola. Estas são frutos da sazonalidade de tal atividade, bem como das limitações impostas muitas vezes por condições da natureza, o que faz com que, diferente do trabalho industrial, o trabalho agrícola seja, até certo ponto, determinado por fatores externos.

Somando aos fatores sazonais da atividade agrícola, fato que resulta no período dito estação morta³, a maior eficiência do trabalho individual é um grande fator que corrobora para a diminuição da população agrícola, podendo disto surgir uma população que almeje alternativas que não correspondam apenas à migração para a cidade.

Ainda, o autor salienta a mecanização do campo, como o grande componente capaz de aumentar a força produtiva individual, funcionando, dessa forma, como grande condicionante de alternativas para o desenvolvimento de atividades não-agrícolas. Isso seria uma realidade muito presente nos países chamados desenvolvidos, ficando aos países subdesenvolvidos a impossibilidade de fazer crescer esse leque de atividades não ligadas diretamente a terra no meio rural devido à escassez de mecanização na agricultura.

O campo aparece como o espaço que reúne as condições e as modalidades da produção agrícola, assim como o conjunto dos processos que a ela se incorporam, associando a outras formas de economia e de agrupamentos (George, 1982). Mesmo oferecendo ao campo um teor essencialmente agrícola, ainda ressalta que há uma separação da vida agrícola *stricto sensu* e as formas de vida rural não-agrícolas superpostas à vida agrícola.

Hoje, deparamos-nos com uma realidade que abre outras possibilidades no campo brasileiro, que foi colocado pelo autor como um espaço que pouco incita as atividades não-agrícolas por se tratar de um país de economia subdesenvolvida. Porém, as múltiplas determinantes que fizeram do campo no Brasil emergir inúmeras atividades não-agrícolas, como por exemplo o período de mecanização e tecnificação vivenciado pela agricultura no país, tende a minimizar, em determinadas regiões, o número de empregos agrícolas. Assim, as relações econômicas e sociais que hoje despontam no campo se dão, além de inúmeros fatores, pela busca de outras possibilidades de nele encontrar meios para viver, eclodindo, portanto, atividades não agrícolas como o pesque-pague.

³ A “estação morta”, segundo Pierre George, é um período de subemprego da força de trabalho e, do ponto de vista da rentabilidade estrita, implica numa inferioridade econômica do trabalho agrícola em relação ao trabalho industrial.

O conteúdo não-agrícola do campo, já ressaltado por George, é revalorizado, com ênfase maior, por Silva (2000), que parte da idéia de que hoje é impossível pensar o meio rural brasileiro como estritamente agrário. Assim, coloca este (o meio rural brasileiro) com funções diversas e diminui a importância da dicotomia urbano-rural, uma vez que as atividades nitidamente da cidade, já não lhes são exclusivas e acabam por subjugar o rural ao urbano.

Para sustentar sua tese, Silva parte do pressuposto que os postos de trabalho em atividades agrícolas vêm sendo reduzidos desde o início dos anos 90 do século XX, e que, contrapondo-se a isso, verifica-se, no geral, o aumento da atividade não-agrícola no Brasil. Juntamente com este argumento, Flores e Macedo (2000:53) também indicam que o fundamental no novo mundo rural é a pluriatividade, apontando as novas necessidades de políticas públicas que a viabilizem.

Dentro desse debate, Oliveira (2004) não questiona a veracidade da complexidade do campo nos dias atuais citada por Silva e Flores. Porém, revela que, segundo sua tese, o movimento de modernização do campo não é, em hipótese alguma, a incorporação da cidade sobre o rural. Mesmo com a eminência do urbano no mundo atual, juntamente com a industrialização do campo em muitas regiões, o rural ainda continua com suas especificidades, que se apresentam cada vez mais conflitantes no bojo do desenvolvimento capitalista.

Ao colocar os empregos não-agrícolas como protagonistas num rural que se configura com e para a pluriatividade, Silva, segundo Oliveira (2004), está colocando de maneira tácita a idéia de que as atividades assalariadas serão a saída para o rural moderno. Assim, seu discurso aparece como ideológico, diante de uma realidade mais complexa e que apresenta dados concretos de resistência ao assalariamento.

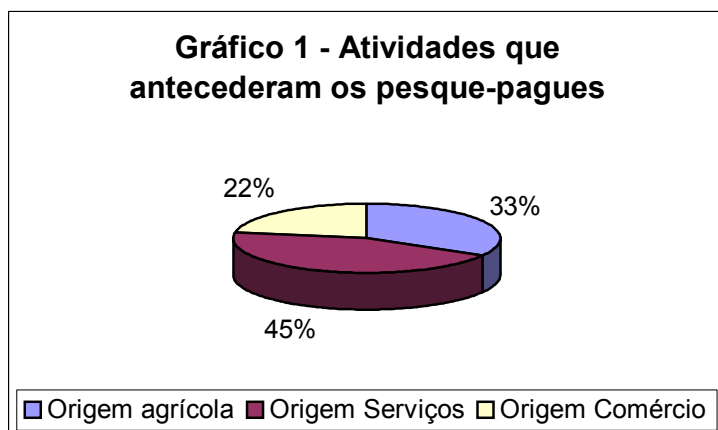
A análise de Carlos (2004) também aponta para esse sentido, alegando que a cidade e o campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidas e estas, hoje, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, o que demonstra, por exemplo, o desenvolvimento do que chama de pluriatividade. Sob esse ponto de vista, afirma que não se trata do campo se metamorfoseando, gerando cidades, mas sim sendo articulado de uma maneira diferente daquela que sempre os unia.

Dentro do debate acadêmico, de modo geral, há divergências sobre a relevância das atividades não-agrícolas no rural. Há aqueles que, de um lado procuram colocá-las num patamar elevado, apontando-as como a grande tendência para o novo rural que vai se construindo. De outro lado, aqueles que, mesmo admitindo-as como uma realidade, procuram questionar suas possibilidade de explicitar o real movimento do meio rural.

O PESQUE PAGUE E SUA DIVERSIDADE

As visitas dos pesque-pagues, que somam nove, dos quais sete encontram-se na zona sul de São Paulo, um em Embu-Guaçu e outro em Itapeverica da Serra, demonstraram uma grande diversidade de estabelecimentos. De um lado, encontramos aqueles que são hegemônicos no setor, contrapondo-se

com aqueles que procuram, cada um a sua maneira, criar atrativos para superar a concorrência dos grandes no setor e vivenciam constantes trocas de proprietários. Procuraremos apontá-los por meio de grupos de estabelecimentos que se diferenciem no que se refere à origem dos proprietários. O grupo I indica aqueles administrados por famílias que antes trabalhavam na terra. Contrapondo-se a este grupo, o grupo II é formado pelos estabelecimentos cujas famílias ocupavam-se com outras atividades.



Fonte: Trabalho de campo

Fazendo referência ao grupo I, três pesque-pagues aparecem: Aquarium, Matsumura e Paraíso. Estes são oriundos de proprietários de terras que trabalhavam diretamente na agricultura, e que resolveram criar uma segunda opção de renda para a família. Os proprietários do pesque-pague Aquarium, cujos proprietários correspondem a 3 casais, dedicam-se paralelamente a agricultura, enquanto que o responsável pelo Matsumura investiu no pesqueiro exatamente em detrimento da agricultura, mas desenvolveu também uma propriedade de criação de peixes para seu próprio abastecimento e hoje fornece alevinos para outros empreendimentos. Já o casal proprietário do Paraíso transformou sua plantação de olerícolas em pesque-pague devido às dificuldades na lida com a agricultura.

Dentre as atividades por eles ofertadas, estão piscinas, lanchonetes, restaurantes e playgrounds. O Aquarium ainda oferece um salão de festas e anseia pela construção de uma pousada, enquanto o Matsumura possui chalés como possibilidade para os clientes pernovernarem. A principal aposta no Paraíso se dá com a incorporação de um segundo salão de festas.

O pesque-pague Aquarium e Matsumura, localizados muito próximos um do outro, encontram-se distantes da principal via de acesso ao bairro, a Avenida Senador Teotônio Vilela. A localização é um elemento negativo para os dois empreendimentos. Já o pesque-pague Paraíso tem sua acessibilidade facilitada pelo fato de encontrar-se a cerca de 500 metros da avenida principal.

Dotados de consideráveis recursos para a instalação de suas infra-estruturas, os pesque-pagues em questão contam com funcionários fixos. Há quatro empregados no Aquarium, que já conta com os seis sócios no trabalho diário, e no Matsumura os empregados somam treze. O Paraíso, talvez pelo seu menor tamanho conte com apenas um, mas utiliza a mão-de-obra de mais três temporários. Mesmo o assalariamento sendo predominante, o trabalho familiar é muito presente nestes estabelecimentos.

Em se tratando de rentabilidade, assim como investimentos na atividade, há uma hierarquia nos três pesque-pagues acima mencionados. O Aquarium e o Matsumura estão muito próximos nesse sentido. A satisfação de ambos os proprietários, mesmo que já tenha sido maior, é nítida nas entrevistas realizadas, colocando-os como os estabelecimentos mais prósperos. Já o casal do pesque-pague Paraíso encontra dificuldades com a pesca e por essa razão busca, atualmente, diversificar os serviços prestados, com a construção de um segundo salão de festas. Segundo o casal, não seria possível continuar somente com a pesca para a manutenção da família.

No grupo II, constam seis pesque-pagues: Hara's Fish, Biriba, Pantanal, Nossa Senhora de Fátima, Jacaré e Max. Nesse grupo, constam pesque-pagues mais singelos, excetuando-se o Max, que conta com uma estrutura como a dos mencionados no primeiro grupo.

As atividades anteriores exercidas pelos proprietários variam. Encontramos, no caso do Hara's Fish, Nossa Senhora de Fátima, e Jacaré que os proprietários exerciam as atividades em serviços, como por exemplo manutenção de relógios e transporte de pessoas à cidade, chamada de "lotação". No Biriba, o proprietário tratava-se de um comerciante, enquanto no Pantanal o comércio foi deixado de lado pela atividade da pesca. Já a pesca no pesque-pague Max é realizada concomitantemente a outros serviços prestados na cidade relacionados a eventos festivos.

O pesque-pague Hara's Fish e Max são os únicos que se mantêm com o mesmo proprietário desde suas criações. Já o pesque-pague Biriba, Pantanal, Nossa Senhora de Fátima e Jacaré foram adquiridos pelos seus proprietários atuais há, respectivamente, quatro anos, pouco mais de um ano, um ano e sete meses. Alguns pesque-pagues, como o Jacaré e o Pantanal, passaram por períodos de ociosidade e até mesmo por vários proprietários segundo relatos dos responsáveis pelas entrevistas. Isso mostra certa instabilidade em tais estabelecimentos, culminando muitas vezes em falência.

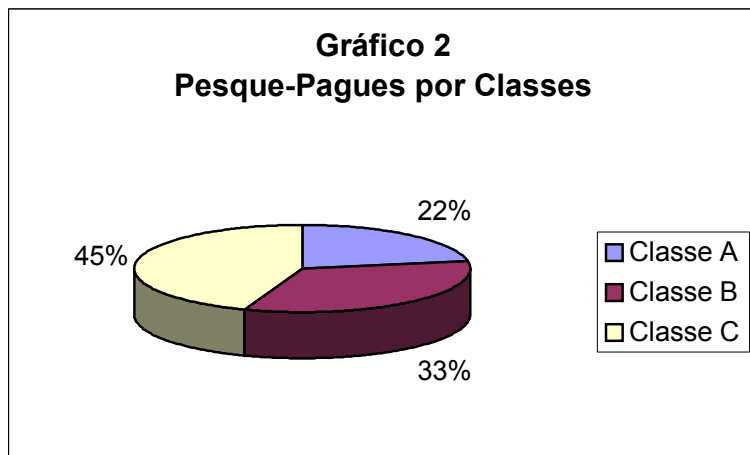
Nota-se que o trabalho diário é marcado pela presença da família, não havendo funcionários no Pantanal, Hara's Fish, e Jacaré. O Nossa Senhora de Fátima conta com um funcionário apenas, o Biriba com dois e o Max com quatro. Todos utilizam mão de obra de terceiros quando necessitam.

Localizam-se, em geral, próximos da estrada principal, porém com algumas peculiaridades. O Hara's Fish tem seu acesso dificultado pelas vias em péssimas condições, enquanto o Jacaré e o Nossa Senhora de Fátima encontram-se a beira do acesso principal ao bairro. Já os pesque-pagues Biriba e Max encontram-se próximos dos maiores eixos viários.

Segundo a prosperidade e infra-estrutura dos serviços ofertados, nos deparamos com três classes de estabelecimentos. A classe aqui nomeada de (A) conta com grandes atrativos, que mostram um poder de investimento grande nas atividades, bem como expressiva diversificação de serviços. Contrapondo-se a esta, a classe (C) mostra aqueles que possuíam poucos recursos para investir nas atividades, o que resulta em possibilidades diminutas na busca de atividades que agreguem valores na propriedade. A classe (B) aponta para os estabelecimentos que, mesmo não possuindo infra-estrutura de grande expressividade, possuem possibilidades para ampliar suas ofertas de serviços.

Segundo nosso critério, os pesque pagues Aquarium e Matsumura foram aqueles que apresentaram melhor infra-estrutura, no sentido da manutenção, tamanho e diversificação. São os que contam com mais atividades anexas a atividades de pesca e, portanto, fazem parte da classe A.

Diferentes destes, os pesque-pagues Hara's Fish, Jacaré, Nossa Senhora de Fátima e Pantanal são apontados com menos poder de investir na atividade. Suas estruturas são muito mais simples, e vivenciam amplas dificuldades na diversificação da atividade. Mesmo assim, com muitas dificuldades, procuram incorporar outras atividades, como o Pantanal com a construção de um salão de festas.



Fonte: Trabalho de Campo

Os pesque-pagues Paraíso, Max e Biriba são aqueles que fazem referência a classe B, pois são dotados de infra-estrutura que estão entre as classes A e C. Estes pesque-pague possuem infra-estruturas que, ao mesmo tempo que não podem ser classificadas como aqueles da classe A ou C, suas potencialidades de incorporar outras atividades também se diferem dos demais. O pesque-pague Max, por exemplo, possui infra-estruturas capazes de ampliação, diferente dos pesque-pagues da classe C.

Os critérios identificados até aqui para diferenciar os pesque-pagues não apontam, diretamente, para a rentabilidade dos mesmos. Segundo os estabelecimentos visitados, verificamos diferentes níveis de satisfação e de insatisfação na atividade e por isso podemos classificá-los dentro de uma hierarquia segundo a rentabilidade dos proprietários. Em geral, existem aqueles que estão dentro da expectativa dos proprietários, em contraposição àqueles que buscam outras formas de renda que vão além do peque-pague, e até mesmo em seu detrimento.

Nesse sentido, a pesquisa aponta para a satisfação dos proprietários dos pesque-pague Aquarium e Matsumura. Ambos oriundos de atividades agrícolas e com um leque grande de outros serviços mostraram-se em enorme competitividade. Um fato que auxilia na explicação desta situação, que também é apontado pelos respectivos proprietários, advém de terem sido uns dos primeiros não só da cidade, como do estado. A capitalização na atividade agrícola, que precede o pesque-pague, deve ser considerada como o fator que possibilitou a construção de uma infra-estrutura capaz de atrair frequentadores e que fez emergir capital de giro suficiente para a constante diversificação de atividades.

Os demais pesque-pagues, embora não se possa dizer que todos estejam na mesma situação, vivenciam momentos muitas vezes antagônicos em comparação aos dois primeiros pesque-pagues. Alguns procuram anexar atividades devido à incapacidade da pesca, por si só, manter a família, como é o caso do Max, Pantanal e Paraíso. Já há aqueles que, mesmo conseguindo se manter com a pesca atualmente, despontam na ânsia em construir novos elementos no estabelecimento, pois seus orçamentos encontram-se no limite. Este é o caso dos pesque-pagues Jacaré, Biriba, Nossa Senhora de Fátima. O pesque-pague Hara's Fish aparece como o único que almeja, num futuro próximo, substituir a pesca com outra atividade que possa manter a família tendo em vista a pouca rentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificando a viabilidade dos pesque-pagues na região em questão, nota-se a presença marcante de duas propriedades que exercem papel protagonista no setor. Suas características convergentes emergem não só no sentido de grandes propriedades e da grande diversificação de suas atividades. Suas origens, ambas oriundas de atividades agrícolas, apontam para um dado importante na análise de tais atividades no campo que se desenha sob o aspecto de atividades não-agrícolas.

Peça chave para entender o êxito desses estabelecimentos, a diversificação demanda disponibilidade de capitais. Com uma pluralidade de opções para lazer e consumo no estabelecimento, há, conseqüentemente, uma freqüência maior de clientes de maior poder aquisitivo, os quais dispõem de maiores recursos para nela gastar.

Há, portanto, uma relação direta com a diversidade de serviços e rentabilidade. Aqueles que apresentam-se com grande leque de serviços em suas propriedades, mostram maiores rentabilidade e, conseqüentemente, maior satisfação de seus proprietários. Em contrapartida, aqueles que dispõem de pouco além da pesca, encontram-se, em sua maioria, em situações instáveis, sofrendo com a baixa rentabilidade.

É importante mencionar também que a diversificação dos pesque-pagues representa a atração de clientes das mais diversas faixas etárias. A atividade de pesca em si aponta para clientes em geral mais idosos, revelando que certos tipos de lazer também são um reflexo de certas tendências que podem influenciar somente um grupo etário ou somente certos segmentos de um grupo etário. (Mcperson, 2000:241). Portanto, incorporando novos elementos no estabelecimento, o pesque-pague torna-se um empreendimento capaz de atrair clientes de diversas idades.

A oferta de serviços diferentes da pesca também pode auxiliar na dificuldade que pesque-pagues enfrentam durante o inverno. A época fria tende a reduzir a rentabilidade dos estabelecimentos, muitas vezes de maneira drástica, pois a pesca tende a ser menos produtiva. A única maneira de ir contra as complicações dos meses de inverno é com gerenciamento e diversificação das atividades de modo a suavizar sua queda de lucratividade. A construção de tanques para peixes que não sofrem com a baixa temperatura das águas, como as trutas, é também uma via possível para que não haja tais implicações durante o inverno.

A questão da divulgação dos pesque-pagues é um fator que pode contribuir com sua manutenção. Com investimentos em propaganda, os maiores pesque-pagues ampliam suas possibilidades de se efetivarem no setor. Todavia, essa possibilidade esbarra no oneroso valor de grandes meios específicos de publicidade de pesque-pagues, como por exemplo, a revista Guia Pesqueiro e alguns sites especializados. Os maiores pesque-pagues da região possuem seus anúncios nos mais diversos meios de comunicação, como revistas, internet, jornais, folhetos, placas etc, o que faz com que seus diferenciais sejam expostos e se efetivem na busca por novos clientes.

Dos nove estabelecimentos visitados, apenas três correspondem a investimentos que partiram de pessoas relacionadas à agricultura. Os outros seis são origem de iniciativas familiares, tanto do campo, quanto da cidade, que exerciam funções em múltiplas atividades. As atividades não-agrícolas do campo, portanto, apresentam-se com potencialidade de acolher até mesmo pessoas oriundas da cidade, bem como de outras atividades que lhe não são comuns, como as dos serviços diversos.

Ao investir na atividade, os recentes proprietários, que corresponde a grande parte deles, totalmente inexperientes no ramo, se deparam com um cenário desfavorável para expandirem suas atividades. A forte concorrência das propriedades que são claramente mais competitivas, colocam em xeque a viabilidade para esses empreendedores, que muitas vezes encontram-se, de início, desprovidos de capital capaz de propiciar a diversificação das opções de serviços e de melhorar as infra-estruturas de suas propriedades.

Ao analisarmos aqueles que se encontram na posição de hegemonia no setor, encontramos dois daqueles que são oriundos das famílias que exerciam atividades agrícolas: Aquarium e Matsumura. O pesque-pague para ambos surgiu como uma possibilidade de aumentarem suas rendas, visto a rentabilidade diminuta das atividades agrícolas que antes exerciam.

Já o pesque-pague Paraíso, que também é propriedade de família ex-agrícola, não possui o mesmo grau de capitalização quando comparado aos dois mais prósperos, mas em termos de infra-estrutura e rentabilidade estão acima dos demais. Investiram no pesque-pague devido à dificuldade na lida com a terra.

Os outros estabelecimentos, administrados por famílias que não só residiam na cidade, mas também exerciam atividades urbanas, representam a tentativa de melhores condições de renda e de trabalho, tendo em vista as condições precárias e de subemprego nas quais tais famílias viviam na cidade. Porém, devido a seus poucos recursos, enfrentam múltiplas dificuldades no que concerne à grande concorrência dos maiores estabelecimentos, tornando praticamente inviável a competição. Inserem-se na atividade de uma maneira em que, no geral, logo deparam-se com a iminência da falência.

Nota-se uma grande rotatividade de proprietários nestes estabelecimentos. Diferente dos pesque-pagues, cujas famílias advém da agricultura, e também do pesque-pague Max, estes sofrem com uma grande instabilidade, visto que todos já passaram por trocas de proprietários.

O que se torna crucial para analisar o êxito dos pesque-pagues dito hegemônicos, sobretudo a sua reprodução, está na capitalização anterior da atividade. Para que haja a efetivação da diversificação de

serviços, são necessários recursos financeiros próprios, uma vez que o financiamento, assim como em diversos ramos produtivos, se mostra ineficaz para subsidiar a atividade por conta dos altos juros.

Referências Bibliográficas

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?”. In: Carlos, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano – novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004, pg.129-136.

DE MASI, Domenico. Perspectivas para o trabalho e o tempo livre. In: **SESC/WLRA. Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC .2000, pg.121-137.

FLORES, Murilo; MACEDO, Manoel Moacir Costa. Políticas para o novo mundo rural brasileiro. In: Silva, José Graziano da; Campanhola, Clayton (org). **O Novo Rural Brasileiro – Políticas Públicas**. Vol.3. Jaguariúna: Embrapa, 2000,176 p.

GEORGE, Pierre. **Geografia Rural**. São Paulo: Difel, 1982, 258 p.

MAIA, Doralice Sátyro. Hábitos rurais em vidas urbanas. In: Damiani, Amélia Luisa; Carlos, Ana Fani Alessandri; Seabra, Odette Carvalho de Lima (org). **O espaço no fim de século : a nova raridade**. São Paulo: Contexto.1999, pg. 214-220.

MANTERO, Juan Carlos. Turismo e lazer. In: **SESC/WLRA. Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC. 2000, pg. 185-190.

MCPHERSON, Barry. Envelhecimento populacional e lazer. In: **SESC/WLRA. Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC. 2000, pg.227-249.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI. In: Oliveira, Arioaldo Umbelino de; Marques, Marta Inez Medeiros. **O campo no século XXI:território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004, pg.29-70.

SILVA, José Graziano da; CAMPANHOLA, Clayton (org). **O Novo Rural Brasileiro – Políticas Públicas**. Vol.3. Jaguariúna: Embrapa, 2000, 175 p.

VALE, A. **Definido o conceito e descobrindo a plurifuncionalidade do espaço periurbano**. Disponível em: <http://www.lead.uerj.br/VICBG-2004/eixo3/E3_017.htm>. Acesso em 24/06/2005.